

Govêrno lança campanha para acabar com o analfabetismo

Fundação orientará as atividades do MEC

O Ministério da Educação e Cultura sistematizará as suas atividades, quanto à alfabetização funcional e educação de adultos, na realização dos seguintes objetivos, através da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRA):

- 1 — Assistência financeira e técnica, para promover e estimular, em todo o País, a obrigatoriedade do ensino, na faixa etária de 7 a 14 anos;
- 2 — Extensão da escolaridade até a 6.ª série, inclusive;
- 3 — Assistência educativa imediata aos analfabetos que se situam na faixa etária de 10 a 14 anos, induzindo-os à matrícula em escolas primárias e proporcionando recursos para que as escolas promovam essa integração por meio de classes especiais, em horários adequados. A assistência financeira consistirá, em relação a cada educando matriculado, na contribuição da metade do custo previsto para a educação direta dos analfabetos — adultos;
- 4 — Promoção da educação dos analfabetos de qualquer idade ou condição, alcançáveis pelos recursos audiovisuais, em programas que assegurem a avaliação dos resultados. A assistência finan-

ceira consistirá, em relação a cada alfabetizando, na contribuição de um terço do custo previsto para a educação direta dos analfabetos;

5 — Cooperação nos movimentos isolados, de iniciativa privada, desde que comprovada a sua eficiência;

6 — Alfabetização funcional e educação de adultos para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos e diretos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com a duração prevista de nove meses. Será assegurada assistência financeira e técnica para a ministração desses cursos;

7 — Assistência alimentar e recreação qualificada, como fatores de fixação de adultos nos cursos, além de seus efeitos educativos;

8 — Fixação das seguintes prioridades em relação aos cursos diretos previstos no item 6:

a) — prioridade número um: condições sócio-econômicas dos municípios, dando-se preferência aos que oferecerem melhores condições de utilização dos efeitos obtidos pelos educandos e maiores

possibilidades quanto ao desenvolvimento nacional;

b) — prioridade número dois: faixas etárias que congregam idades vitais ao pleno uso das técnicas e práticas adotadas e ao desenvolvimento do País.

9 — Integração, em todas as promoções de alfabetização e educação de adultos, de noções de conhecimentos gerais, técnicas básicas, práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas fundamentais da saúde, do trabalho, do lar, da religião, do civismo e da recreação.

10 — Promoção progressiva de cursos de continuação (diretos, radiofônicos ou televisionados), visando a estender a alfabetização funcional.

11 — Instalação de centros de integração social e cívica, para sociabilidade dos adultos e fixação de hábitos e técnicas adquiridos, mediante a utilização dos meios de comunicação coletiva — livro, música, rádio, cinema, televisão, teatro e jornal.

12 — Descentralização da ação sistemática, com a execução pelos Estados, Territórios, Distrito Federal, municípios e entidades privadas, mediante convênio.

Brasília (Sucursal) — Perante seu Ministério, reunido no Palácio do Planalto, o Presidente Costa e Silva lançou ontem à tarde, com um discurso e a assinatura de decretos e projetos de lei, as bases da Campanha Nacional de Alfabetização, um plano de ação a ser desenvolvido conjuntamente pelo Ministério da Educação, as Forças Armadas e emissoras de rádio e de televisão em todo o País.

Nesse discurso, além de denunciar o analfabetismo como sendo "uma das forças criadoras do subdesenvolvimento", o Presidente da República reservou elogios ao Ministro Tarso Dutra, "que demonstra compreensão exata dos complexos problemas de sua pasta e concertou com os órgãos técnicos e executivos do Ministério que lhe confiel ação de amplitude indispensável a traduzir em realidade o plano do ensino primário", buscando desmentir de forma categórica as especulações sobre seu próximo afastamento do MEC.

BASE DA CAMPANHA

Foram os seguintes os decretos e projetos de lei assinados pelo Presidente na cerimônia do lançamento da Campanha Nacional contra o Analfabetismo: 1 — Decreto de constituição de um Grupo de Trabalho interministerial para o estudo e levantamento de recursos financeiros necessários à execução do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de adultos; 2 — Projeto de lei que institui a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRA — com pessoal requisitado do serviço público federal e plenos poderes para celebrar contratos com firmas e entidades nacionais e estrangeiras para execução do Plano de Alfabetização; 3 — Decreto constituindo uma Rede Radiofônica Nacional, com emissoras de Brasília, do Rio e de Leopoldina — Rádio Nacional, Rádio Mauá, Rádio Rural e Rádios Universitárias — para a transmissão de cursos de alfabetização, preparados pelo Departamento Nacional de Educação e Cultura e destinados à recepção em núcleos de escola e rádio-escolas instituídas pelo Ministério da Educação em todo o País; 4 — Decreto que determina às organizações sindicais de todos os graus, de empregados e de empregadores, intensificar suas atividades educativas, especialmente relacionadas com Educação Moral e Cívica, qualificação de mão-de-obra e educação sanitária; que torna obrigatória a instalação de cursos de alfabetização nas organizações sindicais que possuam analfabetos adultos nos seus quadros; 5 — Decreto que torna obrigatória a participação de todas as emissoras de televisão — oficiais e particulares —, no programa de divulgação de cursos de alfabetização, com aulas produzidas e distribuídas pelo Departamento Nacional de Educação e pela Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa; e 6 — Projeto de lei que trata da alfabetização de adultos em idade militar, estabelecendo que nenhum certificado de quitação com o Serviço Militar será dado ao analfabeto; prevendo a realização de aulas de alfabetização de conscritos nos quartéis e nas escolas próprias das Forças Armadas. Aos alistados não incorporados à tropa, que hajam cursado, pelo menos, a escola primária, será dada a incumbência de prestar colaboração nos cursos de alfabetização instituídos pelas Forças Armadas. Provado que alfabetizaram pelo menos dez conscritos letrados, a esses alistados será conferida quitação com o Serviço Militar com liberação de outros encargos.

O DISCURSO

Disse o Presidente da República no seu discurso perante o Ministério:

"Na data de hoje, consagrada pela UNESCO mediante voto unânime dos seus Estados-Membros como o Dia Mundial da Alfabetização, quero que o meu Governo se associe de maneira solene e profunda às comemorações ora iniciadas no mundo inteiro.

Este dia não foi instituído como fáclil ensejo para festividades superficiais e para a expressão passageira de tropas, mas como fase de um processo duradouro, paciente e eficaz. O fio desse processo é atrair a atenção e despertar a consciência de todos os povos e de to-

dos os governos — assim dos países em via de desenvolvimento como dos países desenvolvidos —, para a imensa mancha obscura da área coberta pela ignorância e representada por 700 milhões de adultos e 100 milhões de crianças e adolescentes, incapazes de utilizar os instrumentos elementares da leitura e da escrita. Nem pode ser esquecido que tal número cresce consideravelmente, cada ano, por força do aumento demográfico, e que a éle deve ser adicionado ainda o contingente — avaliado em cerca de 200 milhões de crianças —, que mal preparadas em escolas de má qualidade, retornam rapidamente à condição de analfabetos.

Entretanto, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada a 10 de dezembro de 1948 pela ONU, consagrou o Direito à Educação, cuja forma essencial e imediata é a alfabetização; estabeleceu o princípio de que o ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso ao estudo de nível superior deve ser aberto a todos em pé de igualdade e em função de seus méritos e preceituou o direito de todos à livre participação na vida cultural da comunidade, bem como no progresso científico e nos benefícios que dele resulta."

É próprio da condição humana a distância entre o ideal e a realidade. Assim, não deve criar espanto e desânimo o fôssco imenso que o homem terá de obliterar e transpor a fim de alcançar o generoso ideal sonhado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. É igualmente próprio da condição humana lutar, sofrer, obter-se, opor o coração aos empecos, às dificuldades ao descaiminho dos esforços, aos retrocessos, à fadiga, ao desânimo e à descoragem, para renovar, a cada sol que rai, o mesmo dendeo, o mesmo destemor, o mesmo calor de luta, a mesma luz no olhar, a mesma esperança no ideal oculto na distância.

Na conjuntura brasileira, este Dia Mundial da Alfabetização tem singular significado. De uma parte, como Estado Membro da UNESCO, fazemos luz a auxílios consideráveis, quer de caráter técnico, quer de caráter financeiro, e deve ser proclamado que os temos recebido continuamente para vários objetivos de nossa escola, especialmente à preparação de professores, seu treinamento em serviço e aperfeiçoamento, a instalação e financiamento de um centro tecnológico, missões técnicas para estudos sobre o ensino em vários ramos e graus, especialistas em educação, pesquisadores, etc.

De outra parte, este Dia abre ao Governo ensejo a que se dirija, mais uma vez, à opinião pública nacional, a efeito de mobilizá-la, não apenas como um meio de ação, mas também como um processo de dotar a ação do vivo conteúdo espiritual e de comunicá-lhe ímpeto, pertinácia, paciência e duração.

Nenhum momento se me afigura mais propício para reafirmar perante o povo a verdade — tão essencial como estranhamente obscura ou desconhecida — de que é possível isolar da educação o fato econômico, ainda que se não queira admitir a idéia de uma educação específica para o desenvolvimento.

O analfabetismo é uma das forças criadoras do subdesenvolvimento, e talvez das mais vigorosas e mais capazes de produzir efeitos imediatos e mediatos, diretos e indiretos, e dotados de imenso poder cumulativo.

Pela razão contrária, a alfabetização não pode deixar de ser um dos elementos essenciais, talvez o mais vigoroso — de todo modo sempre insubstituível —, do complicado processo do desenvolvimento, e não pode deixar de ter lugar culminante na escala de prioridades de qualquer planificação de desenvolvimento.

A alfabetização funcional visa imediatamente o conjunto das atividades econômicas e liga-se intimamente ao mercado do trabalho e ao sistema de formação profissional. Tem de ser considerada como um meio e não como um fim em si; meio que tem por meta o homem como ser moral, intelectual, cívico, social, econômico.

Assim encarada e entendida a alfabetização, a própria questão do seu fi-

nanciamento — tanto mais dificultosa quanto o ensino primário é o ensino de todos —, se resolverá, porque deverá integrar-se no plano geral do desenvolvimento como sua condição essencial, terá de ser estudada em conjunto com os seus demais problemas e nêle haverá de encontrar a eminência de uma prioridade sine qua non.

Sinto de meu indecível dever pedir para esse aspecto, que é crucial, a atenção dos Governos estaduais e dos municipais, já que o ensino primário é de sua exclusiva competência e ao Governo federal corre apenas a obrigação de auxiliá-los técnica e financeiramente, de acordo com as suas deficiências e na medida dos recursos disponíveis no Orçamento da União, e já que o desenvolvimento só pode existir como processo geral.

E bem certo que temos ainda muito que pesquisar na área do ensino elementar para alcançar rendimento didático que justifique a existência de muitas escolas. Não é menos certo que já possuímos dados em quantidade suficiente para desfechar ações simultâneas, firmes e coerentes, que atinjam grau de alta eficácia em pano de envergadura nacional. Executar em escala global, eis o passado que temos de empreender.

O Ministro Tarso Dutra vem demonstrando compreensão exata dos complexos problemas de sua Pasta e concertou com os órgãos técnicos e executivos do Ministério que lhe confiel ação de amplitude, indispensável a traduzir em realidade o plano do ensino primário.

Mas não basta que a tal plano se associem os Governos dos Estados e dos municípios. Impõe-se que aos seus poderes, recursos e meios se aliem os meios, recursos e poderes de todos, grandes e pequenos, individuais e coletivos.

Nenhum dia oferece, como este, oportunidade aos Governos em geral — ao nacional, aos estaduais e aos locais —, para proclamar todas as instituições e todos os cidadãos a associarem-se aos poderes públicos para a continuidade, a ampliação e a renovação do grande esforço comum em prol da cultura popular. O passo inicial dessa cultura consiste na alfabetização de todas as crianças em idade escolar e, simultaneamente, dos adolescentes e adultos cujo virtual valor a Nação não pode perder e deve, por todos os meios, incorporar ao seu contexto social e ao seu esforço econômico.

Comunhão de esforços dessa magnitude não vale sequer a pena de ser tentada sem a viva mobilização da opinião pública, sem profunda motivação ao alcance do povo, de cada analfabeto individualmente considerado e, ao mesmo passo, das autoridades da educação e de cada mestre incumbido da obscura tarefa de executar o plano dos Governos.

A motivação, que pode assumir formas muito variadas, e cuja natureza é ao mesmo tempo, intelectual, psicológica, social e política, deve obter como resultado uma sólida congregação de esforços consentidos."

Por outro lado, cumpre não esquecer uma tonalidade ética de suma importância: a alfabetização é, acima de tudo, um imperativo de justiça social.

Que esta mensagem encontre na opinião pública, nos Governos de todos os Estados e de todos os municípios e em todas as instituições, a mesma receptividade que a minha palavra já encontrou na Igreja Católica e nas Forças Armadas, o mesmo ressoo moral susceptível de transformar o seu conteúdo em vigoroso pensamento solidário com a ação que deve ser empreendido para enobrecer o nosso povo pela cultura, torná-lo próspero, feliz e apto para a obra desmedida e gloriosa de reconstruir, elevar e engrandecer o Brasil."

PLANOS EM "SLIDES"

Ainda ao fim da reunião o Presidente Costa e Silva e seus Ministros assistiram a uma exibição de slides em organogramas sobre o plano Nacional de Alfabetização, acompanhada de uma exposição oral do Diretor do Departamento Nacional de Educação, Professor Celso Kelly.